

- LXXXIV -**GESTÃO DEMOCRÁTICA: QUESTÕES CANDENTES NA
PRODUÇÃO CIENTÍFICA RECENTE DA ÁREA DA
EDUCAÇÃO⁴⁶****Elton Luiz Nardi**Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)
elton.nardi@unoesc.edu.br**Aline Bettio dos Santos**Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)
a.bettio.dos.santos@unoesc.edu.br**INTRODUÇÃO**

Na sequência do ensaio de contraponto ao sistema político, esboçado na década de 1980 por meio da organização do campo educacional, o contexto dos anos 1990, segundo anota Saviani (2013, p. 428), foi “[...] um momento marcado por descentramento e desconstrução das ideias anteriores [...]”, que também se alinha a um período de neoconservadorismo revestido pelo princípio de modernizar o Estado e a gestão pública.

Com efeito, houve o que Behring (2003) denomina de contrarreforma, um ajuste burguês, de caráter regressivo, com implicações no econômico e no político, com perdas de direitos sociais para os trabalhadores. Nesse contexto, os princípios da *New Public Management* ganharam destaque e tornaram-se referência, inclusive para escolas, por constituírem parte do receituário dos organismos internacionais, mobilizados como estratégia para atingir resultados. Resulta admitir, portanto, que esses princípios corroboram uma gestão funcional ao sistema capitalista e, portanto, contrastam com bandeiras como a gestão democrática do ensino público, também incorporada na Constituição Federal de 1988.

Atentos à influência da perspectiva gerencial no campo das políticas educativas, mais especificamente no que se refere à gestão, o objetivo deste trabalho é analisar criticamente a

⁴⁶ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

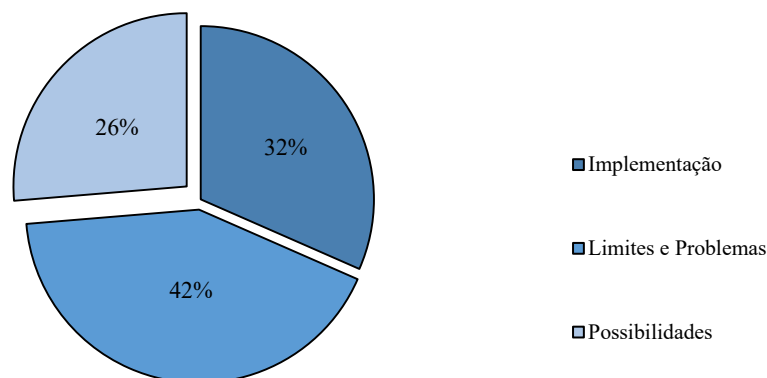
produção do conhecimento científico na área da Educação, divulgada na forma de artigos e teses entre 2015 e 2018⁴⁷, identificando questões candentes no debate sobre gestão democrática. Para tanto, foi efetuado um resgate crítico da produção teórica, apoiado pelas seguintes medidas: definição de descritores – *gestão educacional*, *nova gestão pública*, e *gestão democrática*; e busca dos trabalhos no Portal Periódicos Capes e no Catálogo de Teses e Dissertações, com incidência dos descritores sobre o título, o resumo e as palavras-chave. Foram excluídas as repetições e os trabalhos nos quais ao menos um dos seguintes termos não estivesse registrado como palavra-chave: *gestão escolar*, *gestão educacional (ou da educação)*; ou *gestão democrática*. Assim, foram reunidas 31 produções: 12 artigos e 19 teses.

A leitura do resumo, introdução e considerações finais possibilitou agruparmos os estudos em dois núcleos temáticos: *conceitualização da gestão*; e *repercussões nos sistemas escolares*. No presente trabalho, consoante o objetivo anunciado, focalizamos apenas o primeiro núcleo, composto por 19 trabalhos, cujas temáticas aludem à gestão escolar e à gestão educacional.

ALGUNS RESULTADOS

A fim de abordarmos questões candentes sobre gestão democrática, presentes no *corpus* de trabalhos do eixo *conceitualização da gestão*, foi possível distribuir as pesquisas em três eixos, a saber: *implementação*; *limites e problemas*; e *possibilidades*. O Gráfico 1 ilustra o conjunto.

Gráfico 1 – Percentual da produção científica com abordagem de questões candentes da gestão democrática, relacionada ao núcleo temático *conceitualização*, identificadas por eixo (2015-2018)



Fonte: elaboração dos autores (2019).

⁴⁷ O levantamento foi efetuado nos meses de novembro e dezembro de 2018.

Em linhas gerais, no eixo *implementação* (seis trabalhos) as discussões versam sobre gestão e sua dimensão técnica, desafio de ampliar a participação da comunidade, haja vista que expedientes patrimonialistas e clientelistas atravessam a história do país, assim como alguns autores destacam a importância de os diretores estimularem a participação na escola. Consideram o esforço em materializar a gestão democrática, referida em vários documentos recentes, apesar de a lógica neoliberal imprimir os princípios de mercado à gestão educacional e da escola.

A centralidade da dimensão técnica coaduna com uma gestão baseada apenas em procedimentos formais e burocráticos, desvinculados da dimensão política do fenômeno, o que significa obscurecer o pressuposto de que as práticas administrativas e políticas articulam-se entre si, com as primeiras viabilizando as segundas e estas, servindo de fundamento para a realização daquelas (PARO, 2000). O foco na dimensão técnica, segundo Paro (2015), escamoteia a existência do conflito de interesses, o que faz a gestão parecer atividade neutra, livre de correlação de forças.

O caráter formal e burocrático da gestão também é lembrado nas pesquisas do eixo *limites e problemas*, onde identificamos oito produções. Em sua maioria, esses trabalhos abordam a Reforma do Estado brasileiro na década de 1990, a influência da Nova Gestão Pública e a ênfase na orientação de mercado que reverbera na gestão pública e na educacional, bem como na ideia de democracia, participação e descentralização.

Vale destacar que, por focalizar resultados, o paradigma gerencial esvazia a gestão de significado político e obstaculiza processos democráticos na perspectiva de socializar a participação e o poder. Assim, a par da inovação vinculada à *New Public Management*, importa considerarmos a desresponsabilização do Estado pelas questões sociais, apelo ao setor privado e estímulo às parcerias público-privado como forma de melhorar resultados, ênfase na qualidade do ensino a partir de avaliações e índices, participação parcial, controlada e direcionada para a eficiência e eficácia da gestão. Nesse sentido, estudos como o de Bernardi (2016) e Novais (2017) exploram o conceito de gestão híbrida, devido à coexistência do princípio democrático e o gerencial.

O eixo *possibilidades* (cinco trabalhos) se caracteriza por dois aspectos centrais. O primeiro é o desafio de materializar a gestão democrática, mesmo que haja arcabouço legal que disponha sobre essa orientação política. Assim, há entre os autores o reconhecimento de que o conjunto de leis não garante instalação e ampliação da gestão democrática do ensino público, tampouco a qualidade da educação. Apesar disso, ressaltam a importância das normas no sentido de algumas conquistas no processo de luta pela gestão democrática.

Já o segundo aspecto central assume outra perspectiva de análise, pois os argumentos voltam-se fundamentalmente à ideia de valorização dos saberes do cotidiano, interligados com o dinamismo das inovações na educação. Consoante essa ideia, abordam a possibilidade de democratizar a gestão buscando inovações no campo das práticas e no campo teórico, o que sinaliza, para nós, uma análise linear, tendente ao descolamento do objeto de suas determinações econômicas, históricas e sociais.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Examinados os trabalhos publicados no período, conforme o objetivo anunciado, o realce a determinados elementos, condições e relações que implicam a gestão democrática da educação pública, permite-nos apontar algumas questões candentes afloradas pelos autores, dentre as quais se destacam: a preponderância da dimensão técnica em detrimento da política no trato do tema; limites da perspectiva de gestão democrática no contexto das relações capitalistas; e, ainda, esboços de possibilidades para a gestão democrática na sociedade atual.

Do exame das produções e consoante os estudos que vimos realizando, resulta nosso destaque ao fato de a democratização da gestão ser um processo obstaculizado pela dinâmica do capital, dinâmica essa ainda mais recrudescida pela onda neoconservadora corrente desde os anos 1990, a mesma que tem dado lugar a medidas afins, como a introdução de mecanismos de *accountability* associados a processos de regulação da educação por resultados. Conforme temos defendido, a socialização da participação e do poder diverge dos fundamentos do sistema, mas não se pode perder de vista que a democracia formal que conhecemos em muito corrobora os limites impostos à participação, de modo que essa participação siga funcional à ordem capitalista.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BERNARDI, L. M. **Implicações do Plano de Ações Articuladas na democratização da gestão**. 2016. 251 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

NOVAIS, V. S. M. **Implicações do Plano de Ações Articuladas na gestão escolar do município de Belém**. 2017. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

_____. **Diretor escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2015.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.